



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,
REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2016**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Municipal da Casa da Música, sito na Rua Direita - Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um - Intervenção do público;-----

Ponto dois - Período antes da Ordem do Dia;-----

Ponto Três - Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do previsto na alínea c) do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, republicado pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e art.º 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, referente aos encargos plurianuais do procedimento de aquisição de serviços de fornecimento em contínuo de energia elétrica;-----

Ponto Quatro - Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do previsto na alínea c) do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, republicado pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e art.º 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, referente ao procedimento para a empreitada "Requalificação do Largo de São Marcos das Gaeiras"; -----

Ponto Cinco - Relatório de Execução Orçamental – 1.º Trimestre de 2015, da Óbidos Criativa, E. M., para conhecimento; -----

Ponto Seis – Relatório de Execução Orçamental – 1.º Semestre de 2015, da Óbidos Criativa, E. M., para conhecimento; -----

Ponto Sete - Relatório de Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2015, da Óbidos Criativa, E. M., para conhecimento; -----

Ponto Oito - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---O senhor presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes e, a segunda Secretária, Ana Margarida Reis, fez a chamada.-----

--- **Presenças** - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Anabela Blanc Capinha Corado, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Sílvia Maurício Correia, João António Sousa Veludo, Márcia Alexandra Miranda de Nóbrega, Laura Sousa Rodrigues de Castro Ferreira, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo de Oliveira Cardoso, Dina Fernanda Pereira Vieira, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, José Rui Pereira da Silva Raposo, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

---**Substituições** – O deputado Francisco Lage Raposo Brás Teixeira fez-se substituir pelo deputado João António Sousa Veludo; a deputada Anabela Braga Adónis fez-se substituir pela deputada Márcia Alexandra Miranda de Nóbrega. Os deputados Ana Catarina Brás de Carvalho e Custódio de Sousa Santos, foram



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

substituídos pelos deputados Laura Sousa Rodrigues de Castro Ferreira e José Rui Pereira da Silva Raposo respetivamente.-----

--- **Quórum** – Vinte e oito presenças.-----

--- **Faltas** – Registou-se a falta dos deputados Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Anabela Braga Adónis, Ana Catarina Brás de Carvalho e Custódio de Sousa Santos.-

---Antes de dar início ao ponto um da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao primeiro secretário, para que este lesse a correspondência recebida, que foi a seguinte:-----

---Foram recebidos os pedidos de justificação de falta dos deputados Francisco Brás Teixeira, Anabela Adónis, Custódio Santos, referente à reunião de vinte e seis de fevereiro do corrente ano.-----

Foram recebidos os pedidos de justificação de falta dos deputados Fernando Jorge Silva e Ana Catarina Carvalho, referente à reunião de vinte e sete de novembro do ano de dois mil e quinze.-----

Referiu ainda que foi recebida uma comunicação do tribunal da Comarca de Leiria sobre um processo em que o autor é a Sulóbidos Compra e Venda de Propriedades, na qual o tribunal faz a notificação à Assembleia Municipal, dando conta do despacho em que considera deserta a instância.-----

Esta correspondência foi posta à disposição dos senhores deputados para consulta.-

---O senhor presidente da mesa salientou que haveria ainda uma correspondência eletrónica, nomeadamente uma convocatória para uma reunião, sobre a Linha do Oeste que aconteceu na passada quarta-feira, mas tendo em conta que, foi recebida uma proposta de resolução que foi inscrita no período antes da ordem do dia, deixando assim para o período do debate, para se poderem prestar as informações sobre o que decorreu nessa reunião, na medida em que, estiveram presentes dois membros da Assembleia Municipal e, inclusivamente, se construiu o documento que teriam oportunidade de apresentar e discutir.-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

Ponto Um - Intervenção do público:-----

---Pedi a palavra o senhor José Patrício, na qualidade de munícipe, residente no Casal da Avarela, tendo saudado a mesa na pessoa do senhor Presidente, referindo que se tem passado situações muito irregulares e ilegais, no seu entender, no que diz respeito a dois empreendimentos nomeadamente uma exploração de pedreira e um aviário, as quais trazem enormes prejuízos materiais e sanitários, propondo o encerramento das duas unidades.-----

Constatou ainda que toda a população residente no Casal da Avarela, estaria descontente e revoltada com o que se estaria a passar, tendo proposto o encerramento das duas unidades, até ser apurado o que se estaria a passar, na expectativa de resolução da presente situação.-----

---Pedi a palavra o senhor Eduardo Firmino, na qualidade de munícipe, residente no Casal da Avarela, tendo cumprimentado os presentes e reforçado também a situação já antes reportada pelo senhor José Patrício.-----

Aproveitou para agradecer ao senhor Presidente da Câmara pelos esforços que desenvolveu na tentativa de resolução dos problemas existentes naquele local, tendo agradecido também, na pessoa do senhor Rui Raposo ao Partido Ecologista Os Verdes e à CDU, por se terem inteirado da situação e tentarem junto da Assembleia da República resolver a situação e aos órgãos de comunicação social que estiveram no local.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

Questionou ainda acerca da posição do executivo municipal relativamente à pedreira, atendendo a que teve conhecimento que teriam sido realizadas vistorias, e o que foi apurado e, se alguma entidade já teria contactado a câmara municipal nesse sentido.-----

Reiterou ainda que as duas unidades teriam de ser encerradas, pois na sua opinião, só assim os problemas estariam resolvidos, apelando e questionando se, poderiam contar com o apoio da Assembleia e Câmara Municipais.-----

---Pedi a palavra o senhor Luís Félix Castro Ferreira, residente em Óbidos, questionou acerca do ponto de situação da Rua do Postigo, pois aguarda à três anos a sua resolução.-----

---Pedi a palavra o senhor Fernando Fernandes, na qualidade de proprietário do Hotel Vila d'Óbidos no concelho de Óbidos, tendo lembrado à Assembleia que o assunto em causa já teria sido levado ao seu conhecimento em anos anteriores.-----

Relativamente à questão do aviário, esclareceu que, este tem um processo de licenciamento a decorrer e tem na sua base um estudo de impacto ambiental, estando este disponível eletronicamente para consulta. Adiantou ainda que esse estudo informa de grandes problemas técnicos, inverdades e o que lá se encontrava sustentado seria no seu entender falso, estando o problema inquinado desde o seu início.-----

Informou que a Declaração de Impacto Ambiental (DIA) foi aprovada e publicada no ano de dois mil e treze, estando esta condicionada a um conjunto de pressupostos que teriam de ser cumpridos, tais como a desativação dos pavilhões, questões relacionadas com os sistemas de drenagem, entre outros.-----

Debruçou-se sobre todo o suporte técnico que está na base destes pareceres, e atendendo ainda que a Licença Ambiental é válida por nove anos, e nenhum dos pressupostos estar a ser cumprido, questionou a assembleia, no sentido de aferir o que estaria a pensar fazer no que dizia respeito à situação apresentada.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal Telmo Faria, esclareceu que a assembleia era um órgão que tinha um papel de fiscalização, e que a presente situação reside em velhos licenciamentos que, no seu entender, em nada trouxeram de bom, àquilo que tem sido a evolução do território e de todo programa de desenvolvimento dos últimos anos que Óbidos promoveu, demonstrando a sua compreensão perante a situação em causa e disponibilidade na resolução do problema.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e, agradeceu a presença dos moradores do Casal da Avarela, tendo aproveitado para dar conta à Assembleia Municipal do que a Câmara Municipal teria vindo a fazer acerca daquela matéria.-----

No que diz respeito à situação do aviário, deu conta que tinha tido oportunidade de ter reunido com os representantes dos moradores e também com o senhor Vice-Presidente do CCDR-LVT, com o intuito de manifestar a sua preocupação acerca da situação em causa.-----

Esclareceu ainda que chamou à atenção do senhor Vice-Presidente da CCDR-LVT do não cumprimento de várias condicionantes da DIA (Declaração de Impacto Ambiental).-----

Após a última inspeção que se realizou no dia vinte e três do presente mês, afirmou que ainda não tinha sido informado do que foi apurado por parte da CCDR-LVT, tendo tido conhecimento somente de um testemunho, de alguém que esteve presente, que os responsáveis da inspeção haviam referido de que estaria tudo cumprido e, quando foram confrontados com a inexistência das lagoas, responderam



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

que a câmara municipal fazia a recolha, sendo esta paga ao município, tendo garantido o senhor Presidente da Câmara que não houve qualquer emissão de guias no que diz respeito ao pagamento dessas descargas. -----

Afirmou ainda que questionou de forma escrita à CCDR-LVT e, de forma verbal, na pessoa do senhor Vice-Presidente, de como é que poderia ter sido emitida uma licença de exploração ambiental, não estando cumpridas todas as condicionantes da DIA.-----

No que diz respeito à pedreira, destacou a questão do cumprimento ou não do plano de lavra e a possibilidade de expansão do mesmo.-----

Deu conta ainda que informou a Direção Geral de Energia e Geologia que, segundo a inspeção camarária ao local, a exploração estaria a ser feita para além do plano de lavra, tendo entrado em contato com o senhor diretor geral desse organismo e senhora sub diretora, tendo dado conta que não existia buffer de proteção, questão essa que foi descurada aquando das construções que foram feitas no local.-----

Afirmou ainda que a senhora sub diretora justificou que seria o único local onde tinham matéria-prima de fornecimento e, portanto, se trataria de um interesse nacional, tendo aproveitado a oportunidade para a convidar a inspecionar o local, por forma a aferir de como estaria a ser feita a exploração na pedreira atual e para confirmar exatamente, com a equipa de fiscalização ao local.-----

Acrescentou que tem sido feitas várias diligências, inclusive em sede de audiência de interessados, a manifestar total pretensão do indeferimento do parecer por razões de natureza ambiental, proteção de pessoas e bens e económica, tendo sido declinado o interesse público municipal das pedreiras, bem como dos aviários.-----

Por último, referiu que interessava salvaguardar os interesses do município, considerando ser fundamental que a Assembleia Municipal tomasse uma posição, em estreita ligação com a Câmara Municipal de Óbidos, no sentido de ser enviado às entidades competentes um documento, para que se efetuem as diligências adequadas, dado existirem instrumentos adequados para quando se verifica o incumprimento da DIA, recordando que não cabe à Autarquia a possibilidade de notificar para demolição dos pavilhões, pois esta passou a ser da responsabilidade tutelar da CCDR-LVT.-----

---Pedi a palavra a senhora Graciete Martins, na qualidade de residente na Avarela, tendo agradecido o apoio prestado por parte do senhor Presidente da Câmara e do senhor deputado do Grupo Municipal do Partido Comunista, agradecendo ainda todo o possível apoio que os deputados municipais pudessem vir a prestar na tentativa de resolução de toda a situação, lamentando o facto de, no seu entender, não terem tido o apoio da junta de freguesia.-----

---O senhor presidente da Câmara pediu autorização para que o senhor Vice-Presidente respondesse à questão colocada sobre a Rua do Postigo.-----

---O senhor Vice-Presidente Pedro Félix cumprimentou os presentes, e referiu que se continua a aguardar a instalação do sistema de controlo de trânsito na Vila de Óbidos e, por conseguinte, não pode ser alterado o regulamento de trânsito que já foi aprovado, não podendo ser tomada qualquer medida, pois não estão concluídas todas as condicionantes, por parte da empresa, a quem foi adjudicado o serviço.-----

Concluiu ainda que, estaria previsto no regulamento que a estrada em questão deixasse de ser transitada.-----

Não se registando mais nenhuma intervenção do público, o senhor presidente da mesa passou para o ponto dois da ordem de trabalhos.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

Ponto Dois - Período antes da Ordem do Dia-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número seis, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e três de setembro do ano de dois mil e quinze.-----

---O senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal esclareceu que, de acordo com a legislação em vigor, não poderiam fazer parte da votação, os membros que não participaram na última reunião.-----

--- ***Passou-se à votação tendo esta sido aprovada por unanimidade***-----

---***Aprovada em minuta por unanimidade.***-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Rui Raposo que deu conta que no dia vinte e dois de fevereiro do corrente ano, os Grupos Municipais do PCP e os Verdes, tiveram oportunidade de visitar o Bairro da Avarela e de contactar com um grupo de habitantes do mesmo e que, inclusivamente, estariam presentes naquele auditório.--- Afirmo que lhes foi permitido avaliar no próprio local a gravidade da situação, e que era visível a degradação da qualidade de vida dos moradores, fruto das circunstâncias que alegadamente estariam a pôr em causa o seu conforto, o património, a sua segurança e a sua saúde.-----

Explicou ainda que a presente situação era fruto da laboração, nas imediações, de uma pedreira de caulino que confluiria diretamente com a área habitacional e de lazer vizinha importando, na opinião do Grupo Municipal do PCP, que a Câmara Municipal encetasse com alguma urgência e, em conjunto com o poder central, as devidas diligências, no sentido de ser encontrada uma solução sustentada que pusesse cobro à situação de manifesta incompatibilidade do uso simultâneo do solo para fins urbanísticos e de extração mineral.-----

O senhor deputado propôs que fosse criada uma Comissão de Acompanhamento, constituída por um representante de cada grupo político da Assembleia Municipal e um representante dos moradores do Bairro da Avarela, estando igualmente de acordo que o seu objeto seja extensível à questão dos aviários, que seria submetida à votação na presente Assembleia.-----

Quando à administração central, sugeriu que, a Câmara Municipal e representantes da Assembleia Municipal deveriam solicitar reuniões com o Ministro do Ambiente e Ministro da Agricultura, no sentido de encontrar uma solução política que fosse para além da dependência de relatórios e inspeções que por ventura possam estar a subverter qualquer decisão sobre a matéria, podendo na sua opinião ser encontradas soluções não criando expectativas das soluções que dependem das inspeções, pois os resultados daí decorrentes têm sido fartos em falsas expectativas. Por último ressaltou que futuramente se deveria acautelar, do ponto de vista de ordenamento do território, a distribuição exploração deste mesmo território que configuraria numa alteração ao plano diretor municipal, para que não surjam novos conflitos como o que existe presentemente.-----

---O senhor deputado José Machado pediu a palavra cuja intervenção corresponde à declaração de voto apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

---O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa pediu a palavra para informar os presentes que, estaria a acompanhar todo o processo, tendo sido um elo de ligação para com a Câmara Municipal de Óbidos.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Anabela Blanc com o intuito de sugerir à Câmara Municipal para que esta interviesse judicialmente, solicitando o apoio necessário do seu gabinete jurídico pois, na sua opinião, a câmara tem legitimidade



Assembleia Municipal de Óbidos		6
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

e poderia tomar medidas para proteger o interesse público, não descurando que sejam levadas a cabo todas as outras diligências, na tentativa de resolução da situação.-----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho Hélder Mesquita, que lembrou que existiria também um problema semelhante na sua freguesia que se encontraria por resolver.-----

No que diz respeito ao problema dos insetos voadores, explicou que não seriam só os aviários os causadores do problema, tendo informado que, em conjunto com a Câmara Municipal, presidentes de junta de freguesia e o veterinário municipal, tinham vindo a sensibilizar as populações das aldeias vizinhas para a necessidade de limpeza dos canis e tratamento do estrume dos agricultores.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso que, após cumprimentar os presentes, quis realçar a intervenção cívica dos moradores da Avarela.-----

---O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou os presentes que teria dado entrada uma Proposta que continha na sua parte final a criação de uma Comissão de Acompanhamento constituída por um representante de cada grupo político da Assembleia Municipal e um representante dos moradores do bairro da Avarela.-----

--- Pedi a palavra o senhor deputado José Raposo reforçando que a morosidade na resolução destas questões iria muito além das expectativas que os moradores da Avarela teriam, pelo que a Câmara Municipal em conjunto com a Assembleia Municipal deveriam envidar todos os esforços para que se encontrasse uma solução de carácter político, que resolvesse definitivamente este problema.-----

---O senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para chamar a atenção para a intervenção do senhor deputado José Machado, pedindo que lhe fizesse chegar o parecer do veterinário municipal em que, alegadamente refutaria a responsabilidade do respetivo aviário sobre o problema dos insetos voadores (moscas).-----

Acrescentou também que foi inequívoco, desde o momento que foram tomadas medidas, que a responsabilidade da população das moscas era exclusivamente do aviário.-----

Relembrou ainda o senhor deputado que enquanto fez parte do elenco camarário, teria visualizado e atestado relatórios técnicos que atestavam a responsabilidade do aviário.-----

Referiu que estaria determinado na resolução destes problemas, tendo apelado que seja tomada uma posição de concertação também com a Câmara Municipal.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da mesa que referiu que caso os senhores deputados não tivessem mais intervenções sobre esta proposta iria submetê-la seguidamente à votação.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Miguel Silvestre que aproveitou para salientar que o grupo municipal do PSD pretendia fazer parte da Comissão, tendo sugerido a tentativa de demonstrar os prejuízos para o turismo, qualidade de vida e ambiental, que justificariam largamente o encerramento de algumas dessas atividades.-----

---Pedi novamente a palavra o senhor deputado José Machado que, reafirmou a disponibilidade do grupo municipal do Partido Socialista, em votar favoravelmente, no que dizia respeito à proposta do Grupo Municipal do PCP.-----

Disponibilizou-se ainda para enviar o parecer do veterinário municipal, lembrando que constam do processo pareceres favoráveis e desfavoráveis, merecendo na sua opinião que este assunto fosse o mais rapidamente esclarecido.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		7
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

Por último, congratulou-se com a intervenção do presidente da junta de freguesia do Olho Marinho, pois o problema dos insetos voadores teria várias fontes, tendo tido a ajuda da Câmara Municipal na minimização do problema.-----

---O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a criação da Comissão não obrigava a uma votação nominal, podendo cada grupo municipal posteriormente indicar a pessoa que iria integrar essa comissão.-----

Foi submetida à aprovação da proposta criação da Comissão criação de uma Comissão de Acompanhamento constituída por um representante de cada grupo político da Assembleia Municipal e um representante dos moradores do bairro da Avarela, **tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

---**O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve:** “Declaração de voto do Grupo Municipal do PS”-----

Os problemas apresentados nesta reunião pública da Assembleia Municipal, por moradores na Avarela, merecem análise atenta, seguida de iniciativa adequada, em virtude de hoje terem sido aqui descritas situações que conflituam com a qualidade de vida das pessoas. O que foi afirmado nesta reunião põe em causa o conforto, o património, a segurança e a saúde das pessoas residentes na Avarela.-----

Foram identificados os seguintes dois problemas:-----

1º - Laboração de uma mina gesso junto à área habitacional e de um hotel, na Avarela.-----

Deverá a Câmara Municipal de Óbidos esclarecer, com a maior brevidade possível, em articulação o poder central, o motivo de ter sido autorizada a construção de moradias e de um hotel de quatro estrelas na proximidade de uma mina de gesso. --- Admitindo-se que a laboração da referida mina de gesso estava legalizada quando foram aprovados os projetos de moradias e de um hotel de 4 estrelas, há que apurar o motivo de tal aprovação da Câmara Municipal e de não terem sido alertados os requerentes para as previsíveis consequências da pretendida localização daqueles edifícios.-----

Terá fundamento o rumor de que alguém da Câmara Municipal de Óbidos criou a expectativa ao promotor que a mina de gesso seria encerrada antes da entrada em serviço deste hotel? Se assim foi e porque o licenciamento da mina de gesso é competência da administração central, importa esclarecer eventuais responsabilidades.-----

Há que ser encontrada uma solução sustentada e legal, sendo que é evidente não ser adequado a existência de moradias e de um hotel de 4 estrelas muito próximos de uma mina de gesso em laboração.-----

2º - Quantidade anormal de moscas -----

Infelizmente, o problema de quantidade anormal de moscas no concelho de Óbidos não é situação nova e há anos houve também prejuízos causados a estabelecimentos hoteleiros e comerciais, para além do desconforto a que foram sujeitos moradores.-----

Convirá recordar que, nessa altura, até foram distribuídos panfletos, escritos em português e inglês, em vários estabelecimentos de restauração e bares, com um pedido de desculpa pelo incómodo causado pela quantidade anormal de moscas.-----

Recorda-se, também que, então, um vereador eleito na lista do PS insistiu na Câmara para que os serviços municipais verificassem os esgotos a céu aberto que existiam, assim como se eram adequados os procedimentos que estavam a ser praticados com estrumes provenientes de aviários, de cavalos e na agricultura.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		8
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

O mesmo vereador propôs que o veterinário e a fiscalização do Município desenvolvessem, de forma sistemática, ações para minimizar este problema, e defendeu que fosse devidamente apurado, com toda a clareza, se corresponde ou não à realidade ser o aviário da Avarela a origem da existência de grande quantidade de moscas, nalguns dias, na vila de Óbidos e seus arredores. -----

Veio a constatar-se que o grave problema das moscas em Óbidos não se devia apenas ao referido aviário. Se esse aviário deixasse de funcionar e mais nada se fizesse no combate às moscas, o problema da existência daqueles insetos em Óbidos não ficaria resolvido.-----

Também se recorda que, relativamente ao aviário da Avarela, foi emitido parecer favorável do médico Veterinário da Câmara Municipal de Óbidos, datado de 9 Abril de 2008 (este parecer destinava-se à emissão da licença de utilização de pavilhões da instalação avícola).-----

A origem de moscas em Óbidos resultou, há anos, designadamente de alguns agricultores deixarem estrumes vários dias sem serem cobertos, esgotos a céu aberto, cavalos e aviários.-----

Renova-se a recomendação do mencionado então vereador para serem reforçadas as ações de fiscalização das medidas preventivas para o controle de moscas, em todo o concelho, designadamente, recolher restos de alimentos, fezes de animais e qualquer outro tipo de lixo em recipientes adequados, não vaziar lixo a céu aberto, e desobstruir valas que retenham resíduos orgânicos e sirvam de atrativo para a proliferação e moscas.-----

É significativa e esclarecedora a transcrição seguinte da ata da reunião da CMO de 2 de Maio de 2013: -----

Após, durante anos, a maioria política desta Câmara dizer que a origem do problema das moscas em Óbidos se devia principalmente ao aviário da Avarela, vem hoje essa mesma maioria apresentar uma proposta onde consta que o aviário da Avarela é do ponto de vista ambiental viável, uma vez que os impactos negativos decorrentes da sua exploração são pouco significativos e minimizáveis, havendo apenas problemas com o índice de construção. E mais adiante está escrito neste documento que não existem impactos ambientais assinaláveis.-----

Para se compreender esta mudança radical de opinião e de posição da liderança municipal (PSD) conviria o Sr. Presidente da Câmara explicar o que foi combinado entre representante da Câmara Municipal de Óbidos e o proprietário do aviário da Avarela, na Secretaria de Estado Ambiente, sobre este assunto, antes desta referida reunião da CMO de 2 de maio de 2013. -----

A exploração avícola em causa está integrada num grupo de empresas que tem mantido, no município de Óbidos, cerca de uma centena de postos de trabalho.-----

A seguir se reproduz texto, discutido na reunião da Câmara Municipal de Óbidos de 4 de setembro de 2013, e que foi elaborado pela Sociedade de Advogados que tem um ex-Secretário de Estado do Ambiente de Governo liderado pelo PSD:-----

“38. Desde logo, cumpre salientar que não existem quaisquer evidências de que o surto de moscas em causa se deve, única e exclusivamente, à atividade da nossa cliente.-----

39.E nem tão pouco a Câmara Municipal de Óbidos demonstra a veracidade desta sua alegação, limitando-se a fazer fé das queixas apresentadas.-----

40. Por outro lado, é de extraordinária relevância realçar que na sequência das referidas denúncias foi efectuada uma vistoria pela Direcção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de Lisboa e Vale do Tejo, em 8 de Agosto de



Assembleia Municipal de Óbidos		9
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

2013, tendo a mesma concluído pela existência de moscas em nível bastante residual relativamente à atividade avícola em questão.-----

41. Mais confirmou a referida entidade que se encontravam a ser observadas todas as normas de higiene bem como salientou o cumprimento do plano de controlo de insectos delineado para a atividade.-----

42. Nessa medida, afigura-se que carece de fundamento bastante a alegação de que a atividade da nossa Cliente constitui uma ameaça à saúde pública ou que a mesma constitui qualquer entrave à exploração turística do concelho.”-----

Solicita-se que seja dado conhecimento aos membros desta assembleia, de todos os pareceres e relatórios de entidades oficiais, emitidos nos últimos 3 anos, designadamente da Delegada de Saúde, da fiscalização municipal, da Direção de Serviços e de Alimentação e Veterinária e da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, sobre o aviário da Avarela ser ou não a origem principal de quantidade anormal de mosca em Óbidos.-----

Acresce que, nesta reunião da Assembleia Municipal, os presidentes das Juntas de Freguesia da Amoreira e do Olho Marinho afirmaram que estes problemas não são exclusivos da Avarela, mas também daquelas freguesias que estão mais afastadas da Vila de Óbidos.-----

Para se resolverem estes problemas, importa haver rigor técnico e verdade e a Câmara Municipal deverá assumir as suas responsabilidades, designadamente sobre todos os seus atos (alguns estão aqui descritos). -----

Face ao exposto, o grupo municipal do PS votou a favor da criação de uma comissão de acompanhamento à resolução destes problemas, constituída por um representante de cada grupo político da Assembleia Municipal de Óbidos e um representante dos moradores da Avarela.-----

---Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos restantes deputados que tinham manifestado interesse em intervir ainda no período antes da ordem do dia, tendo agradecido ainda ao público a sua presença e, pela forma cívica e educada como expuseram o problema tendo noção da complexidade e da dificuldade de resolução, tendo louvado a sua participação.-----

---Tomou a palavra a senhora deputada Sílvia Correia, que após ter cumprimentado os presentes, questionou acerca do destino que o executivo municipal perspetivava dar às instalações do Convento de São Miguel, situado nas Gaeiras, atendendo a que, teriam deixando de lá funcionar a incubadora de empresas e serviços das Águas do Oeste.-----

Questionou ainda acerca do ponto de situação da queixa apresentada pela Câmara Municipal de Óbidos sobre a exploração de calcários no Planalto das Cezaredas.-----

No que diz respeito ao Plano Estratégico Educativo Municipal que lhes foi apresentado, deu conta que o documento na sua generalidade se apresentava como um documento muito dinâmico e com diferentes ideias para parcerias que se poderiam tornar atrativas na submissão de projetos e pedir financiamentos a diferentes organizações.-----

Destacou também a análise efetuada acerca da satisfação e insatisfação da comunidade educativa.-----

Deu ainda como nota final que no último ano letivo e com as alterações introduzidas pelo novo projeto, tinha sido alterado o sistema de coordenação dos Complexos Escolares, sendo que o único Complexo com coordenador seria o dos Arcos, e os restantes Complexos teriam representantes, tendo sugerido que se voltasse ao



Assembleia Municipal de Óbidos		10
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

sistema de coordenação anterior e solicitado que fosse esclarecido qual a representante do Complexo Escolar do Furadouro.-----

Alertou ainda para o facto de, se ter em conta aquando da marcação da próxima reunião da Assembleia Municipal de Óbidos que, a mesma não coincidissem com a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste, estando prevista a sua realização no dia vinte e dois de abril de dois mil e dezasseis.-----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Amoreira José Simões, que alertou para o facto de na sua freguesia existir o mesmo problema no que diz respeito à laboração de uma pedreira bem como subsistir o problema com os insetos voadores.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Jorge Veloso, que após ter cumprimentado os presentes, chamou à atenção para os inconvenientes causados, pelo horário de início das reuniões da Assembleia Municipal, lembrando que constaria na ata da reunião de vinte e três de setembro do ano de dois mil e quinze, na página número dois que teria sido proposto a título informal pelos grupos municipais do PS e CDU que as reuniões iniciassem por volta das vinte horas, pois a hora de início das reuniões que se teria vindo a praticar, implicaria prejuízos para os deputados municipais e, na sua opinião, dificultaria a participação do público, devido a coincidir com seu o horário laboral, pedindo assim que se pusesse em prática o novo horário.- Por último, questionou o motivo pelo qual a Câmara Municipal não apoiou a Feira Internacional de Desporto e Lazer, que se iria em Caldas da Rainha em março, como estaria inicialmente previsto estando previsto, tendo sido na sua opinião, uma mais-valia para o município, atendendo a que se trataria de um evento internacional e muito importante para a região Oeste.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Raposo que questionou o senhor Presidente da Câmara, no sentido de ser esclarecido se este teria conhecimento, se eventualmente teria sido da responsabilidade dos serviços camarários, da repetida remoção de um placard do PCP colocado junto à paragem dos autocarros na vila de Óbidos.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira, que cumprimentou os presentes, tendo questionado o senhor Presidente da Câmara, acerca do ponto de situação de um projeto de investimento para o Concelho, que foi levado a cabo pelo município, para o quadriénio dois mil e dezasseis a dois mil e vinte, no âmbito do quadro comunitário, nomeadamente se já teria sido entregue, qual o seu objeto e quais os custos imputados para o município de Óbidos.-----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho Hélder Mesquita, que sugeriu que a proposta de criação de uma Comissão de Acompanhamento que, foi apresentada pela CDU, no início da reunião fosse alargada às freguesias da Amoreira e do Olho Marinho.-----

Aproveitou ainda para parabenizar o executivo, pelo programa do Feriado Municipal, tendo destacado a sessão solene no dia onze de janeiro, a inauguração da requalificação e ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo de Óbidos, bem como, a inauguração e requalificação do passeio da Rua Principal de A-dos-Negros e da obra de requalificação do Troço da Estrada Principal do Olho Marinho, enaltecendo o esforço do senhor Presidente da Câmara Municipal no que diz respeito às Juntas de Freguesia.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Miguel Oliveira, que após ter saudado os presentes, deu conta que estaria a terminar o período de discussão pública do Plano



Assembleia Municipal de Óbidos		11
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

Educativo Estratégico Municipal, tendo este sido no seu entender, um projeto muito participado.-----

Referiu ainda que, teriam sido criadas duas Comissões altamente representadas pela comunidade Obidense e uma Comissão mais restrita de redação do PEEM, que foi congregando todos os contributos que foram chegando, sendo o município um parceiro na construção do Plano.-----

Afirmou ainda que foi caracterizado um contexto e efetuada uma análise SWAT, que deu origem a que fossem definidos objetivos, algumas estratégias e recursos a mobilizar, alguns eixos de ação e metas que lhes pareceram exequíveis durante os quatro anos, estando prestes a ser terminado o documento com os contributos, esperando vir a avançar brevemente com os planos específicos de concretização do PEEM.-----

Por último, esclareceu que a Professora Isabel Quaresma estaria na qualidade de Coordenadora do Complexo Escolar do Furadouro à data da integração na Comissão e, por conseguinte, e não obstante as alterações que eventualmente se tenham verificado relativamente aos novos representantes, foi a representante do Complexo nessa equipa.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Carlos Costa, que cumprimentou os presentes, tendo aproveitado a oportunidade para demonstrar o seu contentamento, tendo destacado o facto de ter recebido uma nota de imprensa, a dar conta que Óbidos iria receber um prémio pela melhor programação autárquica pelo trabalho desenvolvido em prol da cultura nomeadamente, na área da literatura por parte da Sociedade Portuguesa de Autores, tendo parabenizado e agradecido à Câmara Municipal de Óbidos e a todos os intervenientes do FOLIO, pelo trabalho desenvolvido.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso, com o intuito de questionar o senhor Presidente da Câmara se seria do seu conhecimento o facto de ter sido criada uma estrada nos termos de Regulamento Municipal de Toponímia, ao qual o senhor deputado informou que apesar de fazer parte, não foi convocado para nenhuma reunião ou para integrar qualquer Comissão.-----

Afirmou ainda que, foi motivo de alarme, e como responsável de um setor a que seriam comunicadas essas novas denominações, pois verificou que foi atribuído o nome D. Dinis, a uma rua que se localiza numa zona perfeitamente desmatada, sem ter tido em conta, no seu entender, a fundamentação e filosofia aquando da tomada dessa decisão, tendo solicitado ao senhor Presidente da Câmara que tomasse uma atitude no que dizia respeito a este assunto.-----

---A senhora deputada Cristina Rodrigues pediu a palavra, e após um breve cumprimento a todos os presentes devido ao adiantado do período antes da ordem do dia, referiu-se ao PEEM, dando nota que saudava vivamente a realização deste tipo de documentos, pois esse planeamento significaria que teria que ser feito um diagnóstico e prospectivar para o futuro é uma forma de antecipar e resolver os problemas.-----

Destacou o facto dos resultados escolares serem baixos e estes refletirem as condições socio-económicas e culturais do concelho de Óbidos, carecendo assim da tomada de medidas na expectativa que esta intervenção fosse uma alavanca de mudança centrada na educação, mas que possa atingir nas várias dinâmicas do concelho e a sociedade no seu global.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		12
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

Informou ainda que o endereço electrónico para onde estaria a ser utilizado para o envio dos contributos, estaria errado e só no dia anterior à presente reunião, o mesmo estaria a funcionar devidamente.-----

Alertou ainda que na proposta do Orçamento de Estado para 2016, estaria prevista a avaliação do processo de transferência de competências para as autarquias no básico e secundário, significando na sua opinião um novo alento para o novo contrato interadministrativo sobre a educação que já tinha sido assinado.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Miguel Silvestre, que aproveitou a oportunidade para se referir ao projeto DECode – Academia de Programação, estando envolvidas várias entidades como o Parque Tecnológico, o município de Óbidos, nomeadamente as escolas de Óbidos e empresas privadas na formação de crianças e jovens com idades compreendidas entre os seis e os dezoito anos em linguagens de programação, destacando ainda o facto deste ser um projeto piloto e do elevado número de inscrições que se registaram.-----

Parabenizou ainda todos os intervenientes, e o município de Óbidos em particular, pela distinção internacional pela UNESCO como Cidade Criativa na área da literatura, cabendo a todos os interessados manter e tirar o maior proveito desse feito.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado, que destacou o discurso do senhor Presidente desta Assembleia Municipal, no dia do feriado municipal, nomeadamente a sua afirmação de “disponibilidade para aprofundar a democracia interna e o pluralismo”, tendo o senhor deputado registado com agrado esta afirmação e outras, esperando e querendo contribuir para que estas sejam postas em prática.-----

Foi ainda projetado um gráfico que analisava a abstenção e a evolução do eleitorado do concelho de Óbidos aquando das eleições autárquicas em dois mil e treze e as eleições presidenciais em dois mil e dezasseis, tendo afirmado que em cerca de dois anos se teria registado uma diminuição de cento e doze eleitores, relacionando este facto com a baixa taxa de natalidade.-----

Mencionou ainda que de acordo com os censos de dois mil e onze, Óbidos tinha onze mil setecentos e setenta e dois habitantes, correndo o risco de poder vir a ter implicações para a autarquia, nomeadamente na composição da Câmara Municipal bem como da Assembleia Municipal, caso o município venha a ter menos de dez mil eleitores.-----

Terminou a sua intervenção afirmando que com o resultado da recente eleição presidencial tudo apontaria para um novo período onde Portugal passaria a ter um clima político mais dialogante, sendo desejável que tal bom exemplo que estes esperavam dos principais órgãos de soberania, fosse também praticado a outros níveis, designadamente a nível autárquico.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Anabela Blanc, no seguimento da intervenção do senhor deputado Miguel Silvestre, e aproveitando a capitalização e atenção que o prémio deu à vila de Óbidos e articulando com o diagnóstico do ponto de vista escolar que foi feito aos alunos, salientou que seria uma boa oportunidade, na sua opinião, para se criar um projeto que aproximasse as crianças dos livros e da literatura, considerando este de extrema importância na educação das crianças.-----

Referiu-se ainda à realidade que conhecia nomeadamente a coordenação do complexo escolar do Alvito, destacando de forma positiva a coordenação da Professora Ana Margarida Reis considerando ser muito importante para os pais a



Assembleia Municipal de Óbidos		13
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

presença de um coordenador no local, tendo registado algumas falhas, devido à não presença assídua deste, conforme está previsto no novo modelo adoptado.-----
Por último e tendo tido conhecimento que o executivo municipal estaria a preparar uma nova tabela de taxas e tarifas para água, esgotos e resíduos sólidos, questionou acerca de qual a orientação das tarifas, nomeadamente no que diz respeito ao seu eventual aumento ou decréscimo.-----
---Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.-----
No que concerne ao Convento de São Miguel, explicou que este é propriedade da Comunidade Intermunicipal do Oeste, tendo sido vendido por um valor simbólico à então chamada Associação de Municípios do Oeste na década de noventa, tendo sido feita uma candidatura para um espaço museológico. Não obstante esse facto, afirmou que foram feitas algumas diligências num passado recente para que o município pudesse adquirir aquele património, contudo o valor pelo qual os municípios estariam disponíveis para vender seria francamente elevado, acrescentando que sendo um edifício de interesse municipal continuariam a ser zelosos no cumprimento da conservação e restauro do mesmo.-----
Relativamente às questões colocadas na área da educação, solicitou autorização ao Presidente da mesa no sentido destas puderem ser respondidas pela senhora Vereadora Celeste Afonso.-----
Deu conta que ainda não obteve qualquer resposta acerca da queixa que foi apresentada pela ocupação do solo pela extração de inertes.-----
No que diz respeito ao Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM), referiu que se tratou de um processo muito participado e interessante, sem prejuízo que foi amplamente divulgada a apresentação da proposta inicial, tendo sido recolhidos vários contributos, refutando a ideia que o processo não seria divulgado.-----
A nível das refeições deu conta ainda que foi enviado um ofício à empresa prestadora de serviços com intenção de resolução de contrato por incumprimento, quer ao nível das captações e da qualidade das refeições, tendo dado um prazo para resolução do problema, esclarecendo que considerava fundamental e sempre foi exigida qualidade e quantidade para as crianças.-----
No que diz respeito aos espaços da Josefa de Óbidos afirmou que existiriam soluções pensadas para melhoramento dos mesmos, alvo de uma candidatura no âmbito de um pacto para a educação, ao abrigo de uma candidatura que seria feita.--
Esclareceu que o município de Óbidos se disponibilizou a fazer o transporte dos atletas de Caldas da Rainha para Óbidos para uma unidade hoteleira em Óbidos contudo, foi - lhe solicitado que subscrevesse declarações de termo e residência em Óbidos, tendo alegado que não o poderia fazer nem prestar falsas declarações, desconhecendo se o evento teria sido posto em causa por esse facto.-----
Relativamente à intervenção dos senhores Presidentes de Junta das Freguesias da Amoreira e do Olho Marinho, referiu que seria uma questão comum ao concelho de Óbidos, pelo que a comissão deveria fazer esse trabalho, alertando para ser lida a carta que foi publicada pela Direção Geral da Economia para se perceber o que estaria a ser projetado, independentemente da figura do ordenamento do território em termos de novas extrações de inertes.-----
Em resposta à questão colocada pelo senhor deputado Rui Raposo, no que dizia respeito à eventual remoção sistemática de uma placa do PCP, esclareceu não foi dada indicação aos serviços, tendo esclarecido da existência de um placard situado



Assembleia Municipal de Óbidos		14
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

num poste de iluminação não estando este bem localizado, tendo sido enviado um ofício ao PCP nesse sentido.-----

Em resposta às questões de toponímia levantadas pelo senhor deputado João Paulo Cardoso, afirmou ter uma proposta para enviar à Comissão que foi feita pelo anterior gabinete técnico e, que a Comissão teria de opinar sobre essa matéria, contudo alegou que desconhecia tal situação.-----

Em resposta ao senhor deputado José Luís Oliveira, aproveitou a oportunidade para esclarecer que à presente data se verificou um quadro comunitário de apoio com um envelope financeiro na ordem dos dez milhões de euros em requalificações urbanas publicas a saber, Largo de São Marcos, Armazéns do Vinho na A-da-Gorda, Praça da Criatividade, alguns espaços canais para percursos cicláveis, e uma outra dimensão de animação do território, através do gabinete de ativação do território de Óbidos, precisamente para identificar todos imóveis de privados que, se encontrariam em franca degradação, para poder ter uma estratégia de comunicação e permitir a reabilitação desse património privado através de instrumentos financeiros de reabilitação urbana, com condições muito atrativas.-----

Salientou que existiria uma explicação para a redução do número de eleitores no concelho de Óbidos, não obstante à questão do saldo fisiológico, que se devia, no seu entender, à introdução do cartão de cidadão.-----

Em relação aos baixos resultados a nível da educação que foram mencionados na intervenção da senhora deputada Cristina Rodrigues, destacou a falta de estabilização de resultados, necessitando de uma intervenção no modelo educativo, com o PEEM, sendo Óbidos o único município a avançar para o terreno, tendo sido inclusivamente convidado pelo ANMP para dar conta do processo de Óbidos.-----

Por último enalteceu a classificação que foi atribuída pela UNESCO à Vila de Óbidos, como Cidade Criativa da Literatura.-----

---Tomou a palavra a senhora Vereadora Celeste Afonso, que esclareceu no que dizia respeito à questão acerca da não presença de coordenadores nos complexos escolares, que não existiria crédito horário para suportar essa situação, pelo que foi feita uma reavaliação à situação em causa, afirmando que já se verificava uma cobertura total com a presença dos membros da direção executiva afetos a cada complexo, à exceção da quarta feira à tarde, não tendo descurado o facto de ser muito mais confortável para os encarregados de educação a situação anterior, tendo se disponibilizado para esclarecer qualquer questão relacionada com aquela matéria.-----

Relativamente à questão levantada acerca da falta de conforto e bem-estar dos alunos na escola, afirmou que efetivamente se teria muito para melhorar, contudo destacou o Atelier que foi desenvolvido na Josefa de Óbidos, o qual registou uma grande aceitação, tendo desenvolvido inclusivamente várias competências e dinâmicas para aos alunos do terceiro ciclo e secundário.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Raposo, a propósito da Linha do Oeste, deu conta que esteve uma reunião tida no dia vinte e quatro de fevereiro, com a presença de representantes dos partidos das Assembleias Municipais dos concelhos que são atravessados por esta, tendo a reunião sido promovida pela Assembleia Municipal de Loures que visou essencialmente refletir sobre a problemática da linha do Oeste e da sua importância para estes concelhos e para a área metropolitana de Lisboa e regiões do Oeste e Coimbra. Acrescentou também que teria ficado agendada uma segunda reunião, sendo o município da Marinha Grande encarregue da sua organização, com o intuito desta refletir de uma forma mais aprofundada e,



Assembleia Municipal de Óbidos		15
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

tendo como documento base o relatório elaborado pelo Engenheiro Nelson de Oliveira sobre a Linha do Oeste, tendo ainda os deputados municipais de Leiria ficado encarregues de apresentar um texto que visse refletidas as diversas questões que foram colocadas pelos representantes das diversas Assembleias Municipais e dos partidos que as compõem, concluindo que ao nível de órgãos autárquicos, essa teria sido a maior Assembleia que foi promovida e com maior extensão territorial em torno da problemática e da importância da Linha do Oeste.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal enalteceu que a Resolução sobre a Linha do Oeste, iria ter a força de ser apresentada de forma bastante consensual, tendo considerado este, um assunto vital.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado e relativamente à Linha do Oeste, destacou que é necessário avançar com a eletrificação da linha, melhorar os sistemas de telecomunicações, o material circulante, não deixar inviabilizar o corredor da Malveira para Loures, tendo sugerido ainda ao senhor Vice-Presidente Pedro Félix, a limpeza por parte do município do acesso pedonal da encosta até à estação do caminho-de-ferro.-----

---Após as intervenções registadas o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Resolução sobre a Linha do Oeste que os três grupos parlamentares subscreveram que se transcreve:-----

“Após sucessivos anos de anúncios governamentais do lançamento de projectos para a modernização da Linha do Oeste, nunca levados à prática, foi agora tornado público um novo projecto de intervenção parcial neste troço ferroviário, para ser concretizado até ao terceiro trimestre de 2020, englobado no Plano Estratégico de Investimentos em Infra-estruturas em Ferrovia – 2020.-----

Do anúncio feito pelo Ministro do Planeamento e Infra-estruturas, no passado dia 12 de Fevereiro, conclui-se que a intervenção de modernização da Linha do Oeste, cujos contornos necessitam de esclarecimento, nomeadamente quanto ao facto de a electrificação da Linha, abranger somente o troço entre Meleças e Caldas da Rainha, esquecendo o percurso a montante até ao Louriçal e daí até à Figueira da Foz.-----

A Linha do Oeste é um troço ferroviário estratégico no plano da rede ferroviária nacional e alberga potencialidades que devidamente exploradas, o podem transformar num eixo de transporte de passageiros e de mercadorias envolvendo simultaneamente a área metropolitana de Lisboa e as regiões do Oeste e do Centro, com impacto muito positivo no plano económico, social e ambiental.-----

A Assembleia Municipal de Óbidos, reunida em 26 de Fevereiro de 2016, preocupada com as condicionantes que comportam os objectivos de modernização relativos à Linha do Oeste, que constam do Plano de Investimentos em Infra-estruturas em Ferrovia – 2020, apresentados pelo Ministro do Planeamento e Infra-estruturas, que poderão limitar, ou mesmo inviabilizar, o alcance dos mesmos, resolve solicitar ao Governo que:-----

1. Considere a necessidade de a modernização da Linha do Oeste envolver, sem quaisquer hesitações, a eletrificação do troço entre Meleças/Louriçal/Figueira da Foz, bem como a interligação com a Linha do Norte, para além da automatização de sinais e agulhas e o prolongamento de troços de cruzamento.-----

2. Considere, igualmente, a possibilidade de correções no traçado, ou mesmo, de estudos de alternativa àquele, com o objectivo de reduzir o tempo de viagem, designadamente a jusante das Caldas da Rainha.-----

3. Assegure junto do Conselho de Administração das Infraestruturas de Portugal, SA uma solução que garanta a preservação do valor patrimonial do edifício e que



Assembleia Municipal de Óbidos		16
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

não inviabilize a utilização do mesmo como plataforma de entrada e saída de passageiros com as adequadas condições técnicas e de comodidade.-----

26 de Fevereiro de 2016, os Proponentes da Resolução”-----

---Passou-se à votação tendo sido aprovada nestes termos por unanimidade, deliberando ainda que esta seria enviada à Comunicação Social e dado conhecimento ao senhor Ministro das Infra-Estruturas e Planeamento, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Assembleias Municipais.-----
Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve: “ Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

A Linha do Oeste é um troço ferroviário com significativas potencialidades para o transporte de passageiros e de mercadorias.-----

Depois de vários anúncios governamentais do lançamento de projetos para a modernização da Linha do Oeste, ao longo de anos, que nunca foram concretizados, foi agora tornado público um novo projeto de intervenção para a obra ser feita até 2020.-----

A Linha do Oeste, como outros problemas, não se resolve com retóricas, mas sim com decisões estratégicas bem ponderadas e bem avaliadas. Aquilo que se exige a este e a qualquer Governo é que, de uma vez por todas, estabeleça as prioridades e esclareça o que irá ser feito e com que dinheiro. É preciso haver racionalidade nos investimentos.-----

Importa reduzir, dentro do possível, o transporte particular e procurar que o transporte público diminua a emissão de gases de efeito de estufa. Na área dos transportes, há um grande potencial para melhorar a eficiência energética.-----

O anúncio feito pelo Ministro do Planeamento e Infraestruturas, em 12 de fevereiro de 2016, inclui a intervenção na modernização da Linha do Oeste, o que é positivo, mas que fica aquém do desejável.-----

Importa que, mesmo não avançado de imediato a ligação da zona da Malveira à Linha do Norte (passando por Loures), providenciar a manutenção do corredor para que esta obra possa a vir a ser feita logo que se consigam recursos financeiros para o efeito.-----

Também é importante que a eletrificação do troço a Norte de Caldas da Rainha seja feita.-----

Regista-se, como positivo, o grupo do PSD ter agora votado a favor.-----

Defendemos que a estação de Caminho de Ferro de Óbidos deve ser preservada e a Câmara Municipal deve voltar a providenciar a manutenção do seu acesso pedonal, na encosta do Castelo.-----

Pelo exposto, o grupo municipal do PS votou a favor desta proposta, em coerência com o que sempre temos afirmado.-----

Ponto Três - Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do previsto na alínea c) do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, republicado pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e art.º 11.º e 12.º do Decreto-Lei .º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, referente aos encargos plurianuais do procedimento de aquisição de serviços de fornecimento em contínuo de energia elétrica;-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado cuja intervenção coincide com a declaração de voto do Grupo Municipal do PS.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		17
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

---O senhor Presidente da Assembleia alertou para o facto da possibilidade ou não dos temas serem correlacionados, lembrando que esta estaria confrontada somente com uma deliberação natureza administrativa.-----

---O senhor Presidente da Câmara respondeu que se registou um decréscimo de vinte e dois por cento no consumo em watts e o valor a pagar subiu cerca de cinco por cento. Acrescentou que se deveu à tomada de medidas tais como a energia reativa, potencia contratada e hábitos dos consumidores, estando a trabalhar nessa matéria no que diz respeito a ações de iluminação pública.-----

--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve: “ Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

A Câmara Municipal prevê gastar em energia eléctrica, num período de 12 meses, 984.000 €, o que é um valor muito elevado.-----

Verifica-se que tem havido acréscimo do custo, para o Município, da energia eléctrica destinada a edifícios municipais e iluminação pública.-----

Face ao que foi dito repetidamente pela Câmara, desde há anos, sobre suas iniciativas para a eficiência energética, solicitou-se informação sobre a evolução dos consumos, em KWh e em euros.-----

O Sr. Presidente da Câmara disse, nesta Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, respondendo a pergunta do grupo municipal do PS, que os consumos de energia eléctrica, em unidade física, baixaram o ano passado em 22%, mas os respetivos custos subiram 5%. Embora o preço do kWh de energia eléctrica tenha aumentado em 2015, relativamente ao ano anterior, não há coerência nestes dados agora divulgados, pelo que a informação, a este respeito, necessita de ser revista.----

O grupo municipal do PS solicita à CMO informação sobre a evolução dos consumos, em KWh e em euros, preferencialmente nos últimos 10 anos.-----

Projetámos, nesta reunião da Assembleia Municipal, o artigo que foi publicado na última página da Gazeta das Caldas da anterior semana: Óbidos sustentável a passo lento, o qual refere, entre outros aspectos, o prémio Green Project Awards, ganho pela Município de Óbidos, mas cujas intenções estão maioritariamente por se concretizarem.-----

Quanto a eficiência energética, convirá recordar os painéis solares térmicos que constam no projeto da Escola dos Arcos e que contribuíram para o prémio da OCDE (este prémio foi ganho referindo inclusivamente a sustentabilidade). Porém, há um aspeto importante: os referidos painéis solares ainda hoje não estão instalados (mas o prémio já está ganho). E o facto de não estarem instalados os painéis solares nesta escola implica a Câmara ter maior despesa com gás propano.-----

Não basta ter ideias interessantes! Importa pô-las em prática e avaliar o seu resultado. Tudo aponta para o Município de Óbidos ter vindo a aumentar o consumo de energia.-----

Independentemente de possíveis fundos da União Europeia, para apoiar medidas de eficiência energética, lembramos que há também a possibilidade da CMO recorrer a Empresa de Serviços Energéticos (ESE), o que proporcionaria ao Município não investir dinheiro para a eficiência energética, sendo a ESE paga com parte do valor da redução de consumos, durante alguns anos, e recebendo ainda o Município uma parte do benefício. Esta possibilidade já está a avançar noutros Municípios.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		18
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

Em face do exposto, se as recomendações acima apresentadas forem rapidamente implementadas, o Município de Óbidos não terá necessidade de gastar em 12 meses o valor de 984.000 €, mas menos dinheiro. E isso é compatível com a aquisição proposta de energia eléctrica, já que as faturas do respetivo comercializador serão elaboradas com base nos consumos reais e não na presente estimativa da CMO.----- Assim, o Grupo Municipal do PS votou a favor desta proposta, sem prejuízo de novamente recomendar para rapidamente se avançar com medidas de eficiência energética que levem à redução do gasto em energia”.

Ponto Quatro - Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do previsto na alínea c) do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, republicado pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e art.º 11.º e 12.º do Decreto Lei .º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho e nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, referente ao procedimento para a empreitada “Requalificação do Largo de São Marcos das Gaeiras”;

---Pedi a palavra o senhor deputado Ricardo Duque cuja intervenção se transcreve: “É com um enorme regozijo que todos os membros da bancada do PSD verificam hoje uma intenção clara de investimento de cerca de Um milhão e trezentos mil euros na tão esperada requalificação do largo de São Marcos em Gaeiras.

Hoje, estão reunidas as condições necessárias para que se possa avançar para um concurso público para a execução de um sonho com mais de 30 anos.

Quero antes de mais salientar e dar os parabéns ao executivo camarário pela política de proximidade que desenvolveu neste processo, nomeadamente através de possibilitar a participação da população, da junta de freguesia e demais agentes do território acolhendo os seus contributos. Contributos esses que sei que muitos foram vertidos para a proposta final deste projeto.

Dizer também, e porque acho que é importante, durante anos, a população da freguesia de Gaeiras, achava que iria ser construído um museu das Guerras Peninsulares e a nova sede da junta de freguesia. Mas os projetos evoluem e desta vez certamente para melhor. Para além da sede da Junta de Freguesia, irá existir um espaço sim expositivo mas de carácter temporário o que permite ao próprio edifício ter uma dinâmica muito diferente. Não queremos um edifício parado, queremos sim um edifício que responda às necessidades da nossa população e tendo isso em conta, neste projeto está contemplado um espaço onde as pessoas podem desenvolver o seu próprio negócio, onde podem ser ajudadas a acrescentar valor aos seus produtos.

Dizer também que sempre foi preocupação dos Gaeirenses a possibilidade de se continuar a realizar a Festa Anual neste espaço. E o executivo Municipal e a Junta de Freguesia sempre tiveram isso em conta e o novo projeto, onde a área de construção foi diminuída para que se pudesse ampliar a sua praça exterior fica assim com todas as condições necessárias para que a realização da Festa Anual continue a ser uma realidade no espaço onde todos a conhecemos.

---Por isso, queria em nome da bancada do PSD dar os parabéns ao executivo da Câmara Municipal de Óbidos por este processo ter sido tão Democratizado e estar agora em condições de se iniciar.

Termino, citando as palavras da professora Doutora Ana Abrunhosa, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que esteve presente no dia 10 de Outubro de 2015 no 30º aniversário da Freguesia de Gaeiras.:“ O projeto de arquitetura para a freguesia das Gaeiras, que já conheço



Assembleia Municipal de Óbidos		19
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

com detalhe há algum tempo, é no fundo, a estratégia que o município de Óbidos tem vindo a seguir. Óbidos é dos poucos municípios que, em detrimento da sede de concelho, apresentou projetos da regeneração urbana descentralizando os seus financiamentos para as suas juntas de Freguesia.-----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gaeiras Luís do Coito Ribeiro que agradeceu em nome da população que representava, a introdução daquela obra no plano plurianual, salientando a sua importância extrema pois a Freguesia passava a ter uma Praça Central, tornando-se um ex-libris da sua Vila.-----

---A senhora deputada Cristina Rodrigues tomou a palavra e referindo-se ao acervo que constituía a sala das Guerras Peninsulares, questionou se o mesmo iria retornar ao Museu Municipal, e atendendo ao facto da existência de um protocolo com os herdeiros da família Pinto Bastos Lupi, se o mesmo se manteria ou seria reformulado.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que iria existir um espaço expositivo que permitisse a exposição temporária no local, sendo sua intenção que o acervo possa circular por todo o concelho, tendo afirmado que oportunamente iria ser feita uma adenda ou alteração ao respetivo protocolo que seria submetida à devida apreciação.-----

--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve: Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

Verifica-se que não vai ser cumprida a promessa, feita várias vezes, designadamente em campanha eleitoral, da construção do Museu das Guerras Peninsulares e da sede da Junta de Freguesia, no Largo de São Marcos, nas Gaeiras.-----

Tal teria sido possível no âmbito do anterior programa de fundos comunitários, se a Câmara tivesse anteriormente considerado prioritária essa obra.-----

Devido à justa pressão da Junta de Freguesia das Gaeiras para ser cumprida a repetida promessa do PSD e não havendo agora fundos da União Europeia para novos museus e novas sedes de freguesia, restou a possibilidade de ser construída uma incubadora de empresas que terá um restaurante.-----

É questionável a Câmara promover a construção de restaurante nas Gaeiras, por não ser uma prioridade para investimento público. O investimento público deve obedecer a rigorosas prioridades. Em princípio, a construção dum restaurante cabe à iniciativa privada.-----

Em face da actual situação, há que reformular o protocolo, aprovado por esta Assembleia Municipal, entre os Herdeiros da família Pinto Bastos Lupi e a Câmara, sobre as valiosas peças que estiveram muitos anos na sala das Guerras Peninsulares, no Museu Municipal.-----

É preferível melhorar o Largo de São Marcos do que nada lá fazer, por isso votámos a favor da proposta.-----

Mais uma vez, fica evidenciado que o PSD promete nas campanhas eleitorais muito mais do que depois faz.-----

O PSD tem feito promessas não explicando que estão dependentes de financiamento de outras entidades que ainda as não aprovaram. Recomenda-se que, de futuro, digam com verdade, os condicionamentos financeiros, quando fazem promessas.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		20
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

Ponto Cinco - Relatório de Execução Orçamental – 1.º Trimestre de 2015, da Óbidos Criativa, E. M., para conhecimento;-----

---O senhor deputado José Rui Raposo sugeriu que estes pontos quinto, sexto e sétimo fossem apreciados em conjunto, ao qual o senhor Presidente da Assembleia Municipal concordou.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado que questionou o motivo do atraso na entrega por parte da empresa municipal Óbidos Criativa, do relatório de execução orçamental que apresentou um resultado financeiro negativo, referente ao primeiro trimestre do ano transato e conseqüentemente ter sido só agora presente ao conhecimento da Assembleia Municipal.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira, para referir que após analisar o respetivo relatório se verificava na demonstração de resultados, efetivamente um resultado negativo, contudo, este não significaria que este seria o resultado no final do exercício.-----

Referiu que se poderia verificar que os eventos não teriam produzido os efeitos expectáveis, e no que dizia respeito à saída de um lote de imóveis não teria havido qualquer mais valia, tendo os custos de financiamento que foram suportados pela empresa municipal.-----

Ao nível de património e ativos não correntes apresentava valores bastante significativos que, já não existiam dívidas a médio e longo prazo e, a diferença de passivos correntes e ativos correntes é mais de quatrocentos e cinquenta mil euros, a favor dos ativos correntes.-----

Acrescentou ainda que ao longo dos tempos tem sido feita uma boa gestão e no que diz respeito aos eventos, sugeriu que atendendo à crise económica devem ser reanalisados, contudo deveriam ser mantidos, no seu entender, e dado o valor aos que trabalham e aos que em prol do concelho conseguem ajudar ao seu desenvolvimento.-----

---Tomou a palavra o senhor deputado José Rui Raposo que, atendendo a que, os documentos são levados a conhecimento, escapariam no seu entender, à fiscalização em devido tempo pela Assembleia Municipal, o funcionamento de uma entidade tutelada Câmara Municipal e, que gere dinheiros públicos, tendo dado como exemplo, a nível da gestão e administração, escapariam à sua fiscalização os critérios de pagamento de remunerações, recursos a prestações de serviços e admissão de pessoal.-----

Afirmou que após leitura do documento, concluiu que as funções exercidas pela empresa municipal poderiam ser desempenhadas pelos serviços da Câmara Municipal, tendo ficado demonstrado que esta só seria sustentável à custa de transferência de encargos e responsabilidades financeiras e patrimoniais para o município, tendo reiterado que a empresa municipal deveria ser extinta.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Jorge Veloso, que referiu o facto da empresa municipal, na sua opinião, ter tido prejuízo mesmo com a Câmara a ter adquirido os lotes, e a ter assumido a dívida da Óbidos Criativa ao Banco Barclays.-----

Mencionou que através dos elementos apresentados, os grandes eventos não tiveram um elevado número de visitantes, contrariamente ao que foi dito à comunicação social pelos responsáveis da empresa municipal, que rondaria os cento e cinquenta mil, duzentos mil visitantes, tendo na realidade e de acordo com os bilhetes vendidos correspondido a uma média de menos de cinquenta mil visitantes por evento.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		21
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

Concluiu que seria possível melhorar a gestão de uma empresa público-privada, na expectativa que esta viesse a dar algum lucro conforme seria o esperado.-----

---O senhor deputado José Luís Oliveira esclareceu que não houve qualquer mais valia com a venda dos lotes, sendo da opinião e após os resultados demonstrados que a empresa municipal Óbidos Criativa não está falida, não obstante ao facto de se verificar no final do terceiro trimestre, efetivamente um prejuízo de duzentos e oitenta e um mil euros, concluindo que as instituições no exercício só são medidas no final do ano.-----

---O senhor deputado José Machado pediu a palavra e em resposta à intervenção do senhor deputado José Luís Oliveira, quis esclarecer que a falência em causa, seria em retórica, e que o senhor deputado Jorge Veloso quis fundamentalmente referir o facto da câmara ter assumido a dívida ao banco Barclays, bem como o facto da câmara ter adquirido lotes que não necessitava e os quais não teriam comprador.----
Mencionou ainda que a receita do parque de estacionamento também revertia a favor da Óbidos Criativa, tendo sido uma dádiva por parte da câmara municipal, entre outras.-----

Por último referiu que sempre defendeu que, na altura em que a empresa municipal teve dificuldades em efetuar o pagamento das prestações deveria ter entregue ao banco, à semelhança do que fazem as famílias portuguesas, tendo a câmara municipal evitado que tal acontecesse.-----

Concluiu que futuramente, esperava que a empresa municipal fosse auto-sustentável e que certas funções possam passar para a Câmara Municipal.-----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao senhor deputado José Machado, relativamente à entrega dos documentos, afirmou houve um entendimento que os mesmos deveriam ser também submetidos à Assembleia Municipal, para além da reunião da Câmara Municipal.-----

Afirmou ainda que desconhecia e, questionou os presentes se tinham conhecimento de alguma empresa municipal cujo objeto fosse a dinamização cultural do seu município que existisse sem contrato programa e que apresentasse resultados líquidos de exercício positivos.-----

Referiu ainda no que diz respeito à possibilidade das funções da empresa municipal passarem para a Câmara Municipal, lembrou que no passado não dispunham de uma agenda de dinamização e de ativação do território como hoje, sendo impossível a organização desses eventos a partir da câmara municipal sob pena de pôr em causa o normal funcionamento das suas próprias atribuições e competências.-----

Relembrou por último que, faltaria nesta prestação de contas o evento que mais receitas trazia que seria o Óbidos Vila Natal, destacando ainda o facto da empresa municipal ter assumido a rede de museus e galerias com um conjunto de exposições, bem como a SIPO sem qualquer valor atribuído através de contrato programa.-----

---O senhor Presidente da mesa deu conta que teve algumas dúvidas no agendamento destes pontos, pois a Assembleia Municipal não seria a Assembleia da Óbidos Criativa, contudo permitiu que estes fossem aceites, somente para ser dado conhecimento, tendo enfatizado esta questão.-----

--- **Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal.**-----

Ponto Seis - Relatório de Execução Orçamental – 1.º Semestre de 2015, da Óbidos Criativa, E. M., para conhecimento:-----

--- **Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal.**-----



Assembleia Municipal de Óbidos		22
Ata n.º 1	Reunião de 26/02/2016	

Ponto Sete - Relatório de Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2015, da Óbidos Criativa, E. M., para conhecimento;-----

--- Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal-----

Ponto Oito - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado, que fez saber que da informação recebida da Câmara, constaria designadamente, relativamente ao caso Pingo Doce de Óbidos, ter a Câmara perdido o processo na Relação, sendo condenada a pagar uma indemnização de mais de um milhão de euros, havendo informação que esta teria recorrido para o Supremo, lamentando que em tempo útil, não tivesse havido uma negociação, pois no seu entender, iria onerar menos a Câmara Municipal.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso e de acordo com a sua experiência, atentou para a sua certeza no que dizia respeito aos Tribunais superiores em Portugal e, relativamente ao facto do recurso que foi interposto, este seria certamente recusado, pois no seu entender, a forma já teria sido penalizada no Tribunal da Relação e, o conteúdo não seria analisado pelo Supremo Tribunal de Justiça.-----

---O senhor Presidente da Câmara Humberto Marques chamou a atenção no sentido em que os senhores deputados municipais deveriam defender o interesse municipal ao que o senhor deputado João Paulo Cardoso se mostrou disponível para colaborar, dando conta que não lhe foi solicitada qualquer opinião nessa matéria.-----

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e seis de fevereiro do corrente ano, o senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, tendo agradecido a colaboração de todos, tendo aproveitado para convidar os senhores deputados municipais a estarem presentes na assinatura do auto de consignação da obra da Empreitada de Construção da Estação Elevatória de Rega do Aproveitamento Hidroagrícola das Baixas de Óbidos e respetiva homologação, no dia vinte e nove de fevereiro no Convento de São Miguel em Gaeiras e, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, lavrei a presente ata, também vou assinar.-----